

SOBRE ANARQUISMO: uma entrevista com Judith Butler¹

1 Tradução do original em inglês por Loreley Garcia

Hackeado por

Editora Monstro dos Mares

Caixa Postal 155

União da Vitória – PR

84600-000

fb.com/monstrodosmares

monstrodosmares.milharal.org

monstrodosmares@riseup.net

Seleção de textos e guilhotina: *Abobrinha*

Capa e diagramação: *Vertov Rox*.

Judith Butler é filósofa pós-estruturalista, feminista e teórica da Queer Theory. Suas reflexões contribuíram para renovar amplamente os estudos feministas e as teorias de gênero, assim como os estudos contemporâneos em filosofia e ética. Butler é atualmente professora na cátedra Maxine Elliot, do Departamento de Retórica e Literatura Comparada da University of California, em Berkeley; é igualmente professora visitante da Columbia University, no departamento de Inglês e Literatura. Em 2009, recebeu o Andrew W. Mellon Foundation's Distinguished Achievement Award por sua contribuição ao legado das Humanidades. Desde 2006 Judith Butler atua como Hannah Arendt Professor de Filosofia no European Graduate School (EGS), Suíça.

Doutorou-se em filosofia pela Yale University, em 1984, com a tese *Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France*, e publicada em 1987 pela Columbia University Press. Butler é autora de trabalhos pioneiros como *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (Routledge, 1990), no qual introduz o conceito de performatividade; e *Giving an Account of Oneself* (Fordham University Press, 2005) no qual discute os li-

mites do autoconhecimento. Além disso, entre seus trabalhos, destacam-se: *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"* (Routledge, 1993); *The Psychic Life of Power: Theories of Subjection* (Stanford University Press, 1997); *Excitable Speech* (Routledge, 1997); *Antigone's Claim: Kinship Between Life and Death* (Columbia University Press, 2000); *Precarious Life: Powers of Violence and Mourning* (Verso, 2004); *Undoing Gender* (Routledge, 2004); *Who Sings the Nation-State?: Language, Politics, Belonging* (coautoria com Gayatri Spivak, Seagull Books, 2008); *Frames of War: When Is Life Grievable?* (Verso, 2009); além de seus dois últimos livros em coautoria *Is Critique Secular?* (UC Berkeley, 2009) e *The Power of Religion in Public Life* (Columbia University Press, 2011).

É apoiadora da campanha internacional BDS (*Boycott, Divestment and Sanctions*) em defesa da causa Palestina. Em 2010 Butler recusou, durante a cerimônia de premiação em Berlim, o prêmio Civil Courage Award (Zivilcouragepreis) devido ao racismo de alguns organizadores. Em 23 de outubro de 2011, Butler esteve em Nova Iorque apoiando o movimento Occupy Wall Street. A entrevista a seguir foi realizada por Jamie Heckert durante os meses de março e junho de 2010.

JH: *Inúmeros estudiosos se debruçaram sobre os seus trabalhos para o desenvolvimento da teoria anarquista, incluindo eu mesmo e vários outros colaboradores deste volume² (particularmente Lena Eckert). Isso foi possível devido ao desenvolvimento recente daquilo que se rotula de pós-anarquismo, anarquismo pós-estruturalista e anarquismo pós-moderno; neles os escritos de figuras como Foucault, Deleuze, Guattari, Lyotard e Baudrillard são tidos como a continuidade (e talvez a substituição) da teoria e prática da tradição anarquista. Você está familiarizada com esse tipo de literatura? É possível ler o seu trabalho à luz do anarquismo, devido a suas afirmações públicas incluindo a recente entrevista na qual você se refere a si mesma como uma ‘anarquista provisória’. Você poderia falar um pouco mais sobre sua relação com a identidade anarquista?*

2 HECKERT, Jamie; CLEMINSON, Richard. **Anarchism and Sexuality: Ethics, Relationships and Power**. Routledge: Nova Iorque, 2011.

JB: Não estou segura se entendo o anarquismo como uma identidade, mas sim como um movimento, que nem sempre funciona de modo contínuo. Há pelo menos dois pontos de referência nas políticas contemporâneas que chamam a atenção. Um tem a ver com o ‘Anarquistas contra o Muro’; outro é como o anarquismo queer se coloca como uma alternativa importante para o movimento do libertarismo gay em ascensão. Embora eu tenha certeza de que os anarquistas contra o muro em Israel/Palestina estejam interessados na história do movimento anarquista, me parece que esse é um caso no qual a ação direta contra a força militar e a política de segregação seja um evento muito poderoso. Se você acompanhar as manifestações semanais em Bi’lin, poderá ver que os corpos humanos colocam-se no caminho das máquinas que estão construindo o muro da separação, estão se expondo ao gás lacrimogênio e, literalmente, estão produzindo uma interrupção e redirecionando o poder militar. O ponto é entrar na cena, nos edifícios, nos movimentos e detê-los, redirecioná-los, mas também utilizar o corpo como

um instrumento de resistência. É importante que haja câmeras na cena e as máquinas, funcionando como contramáquinas, documentem a violência do Estado de Israel, mas também interrompam os esforços para controlar a cobertura da mídia dessas ações. Desde que o racismo está na base deste muro da segregação, veremos também o escândalo da violência perpetrada contra os ativistas israelenses. Claro que a indignação é muito maior contra esse tipo de agressões e mortes do que qualquer outra infligida contra os palestinos ou outros estrangeiros durante a cena. Existe um importante componente anarco-queer nessas demonstrações e tem a ver com o episódico, a ação direta extraída das velhas tradições da ACT UP, por exemplo. Mas, tem a ver também com o ato de expor e deter a violência ostensiva de uma autoridade legal.

Creio que seja importante destacar esse último item, porque o regime legal é, em si mesmo, um regime violento e a violência legal consome todos os recursos devidos no processo ou na intervenção legal, então o anarquismo torna-se o modo de contestar e opor a operação violenta do estado.

Comparemos isso com as novas formas de libertarismo gay que vemos emergir em lugares como o Reino Unido, Bélgica e Holanda. Lá a oposição claramente racista com a nova imigração e a relação fóbica para com as populações do Norte da África ou do Oriente Médio, principalmente muçulmanos, recrutou defensores gays que esposam a liberdade pessoal, o direito à propriedade privada e as relações de mercado. Embora pontos de vista libertários como esses usualmente estão circunscritos ao aparelho do Estado, mínimo ou ‘privado’, esses proponentes do libertarismo gay invariavelmente fazem uma concessão para com o Estado, apoiando os esforços anti-imigração, e defendendo formas de nacionalismo e eurocentrismo que são patentemente excludentes e racistas. Dessa forma, os gays libertários favorecem o Estado, são recrutados por ele e ajudam a manter a violência estatal contra outras minorias. É importante reconhecer que ‘liberdade’ significa liberdade pessoal e não está, de nenhum modo, ligada aos esforços pela igualdade ou à luta contra a violência estatal. Mas qualquer minoria precisa fazer aliados entre os que estão sujeitos à arbitrariedade e às formas devastadoras da violência estatal. É

dessa maneira que penso que o anarquismo queer é mais ‘inteligente’ com relação ao poder do Estado e à violência legal, em particular. O libertarismo gay imagina-se defendendo os direitos individuais, mas falha ao perceber que o individualismo é uma forma social que, sob as condições do capitalismo, depende da desigualdade social e do poder violento do Estado. Este último torna-se claro nas políticas anti-imigração.

Então, o anarquismo, no sentido que me interessa, tem a ver com a contestação das dimensões ‘legais’ do poder do Estado, colocando desafios perturbadores sobre a legitimidade do Estado. A questão não é como atingir um estado ou a forma final para a organização política da sociedade. É um efeito desorganizador que toma o poder, exercita o poder sob condições nas quais a violência legal e estatal estão profundamente conectadas. Nesse sentido, ele sempre tem um objeto e uma condição provisória, mas não é uma forma de vida ou um fim em si mesmo.

JH: *Obrigado por essa resposta profunda e provocante. Eu estou particularmente interessado na clara consideração da compaixão e equidade que li na sua crítica da construção dos muros em torno de nações e identidades. Para dar sequência a partir da sua última declaração, posso perguntar como você conceitualiza o Estado? Eu penso nos escritos de Foucault sobre a governamentalidade e como isso foi prefigurado pelo filósofo anarquista judeu, Gustav Landauer, quando escreveu: “o estado não é algo que possa ser destruído por uma revolução, mas é uma condição, certa relação entre os seres humanos, um modo de comportamento humano, destruímos isso construindo outras relações e comportando-se diferentemente”. Dessa maneira, eu penso, se daria a prática de interrupção da violência estatal, da problematização do poder do Estado e das identidades individualizadas com a qual estão interligados, não são também um modo de vida, de relacionar-se diferentemente? Em outras palavras, a debilidade ou transbordamento dos muros e fronteiras não são potencialmente um processo contínuo?*

JB: Minha preocupação com essa formulação é que pode ser entendida como se o Estado fosse permanente. Podemos dizer que o Estado é permanente, mas certas formas de Estado não são. Talvez seja igualmente verdade dizer que porque não há ‘Estado’ é menos que uma formação estatal, os Estados são tipos de arranjos que vêm a ser, alteram-se e dissolvem-se. Parece-me que o direito à revolução depende da possibilidade de o Estado ser dissolvido pela vontade do povo em coro. Esse é um tipo de poder que a soberania popular tem sobre a soberania estatal e quero manter essa noção. É verdade que certos estados projetam suas performances, mas só podem fazê-lo se tentam instituir sua permanência e só podem fazê-lo através do fortalecimento dos efeitos da sua legitimidade, claro, seu poder armado – tanto a polícia quanto o exército. Então, não faz mais sentido dizer que o Estado está sempre em processo de reconstitucionalizar seus efeitos de permanência e que as intervenções críticas podem ser feitas de vários lugares onde a reinstituição acontece. Em outras palavras, a reinstituição não é garantida e a falta de garantia pode ser exposta por estratégias que chamamos anarquistas.

JH: *Há alguma conexão entre a sua concepção de anarquismo como uma intervenção na reinstituição do Estado e seus trabalhos anteriores sobre a performance de gênero?*

JB: Talvez a questão real seja sobre a relação entre a performance reiterativa e a influente distinção, feita por Walter Benjamin, entre a violência da lei que preserva e da lei fundacional. Percebo que toda vez que a lei é reiterada, há uma refundação e uma reinstituição. Isso se torna importante em relação à greve geral – uma greve que não é protegida pela lei, mas que busca paralisar um regime de lei existente. Poder-se-ia dizer que, às vezes, estamos sob a obrigação de puxar o freio de emergência sobre as normas de gênero. Eu creio que Irigaray coloca algo assim quando sugere que nós obstruímos a maquinaria da diferença sexual.

JH: *Pergunto isso porque para muitos de nós, particularmente o anarquismo queer e anarco-feministas, o anarquismo é simultaneamente interrupção ou paralisação da institucionalização do Estado a favor da soberania popular e subversão das identidades disciplinadas do cotidiano e das relações hierárquicas. Parece-me que esse último tópico tem sido um tema na sua obra.*

JB: Sim, é sim. Eu também gostaria de assinalar que há uma operação de liberdade e *agency*/ação que não é a mesma entendida como liberdade pessoal do indivíduo sob os regimes da democracia liberal. É claro que há proteção legal para certos tipos de liberdade, mas se a versão de liberdade como a ideia de proteção legal se torna tudo que concebemos sobre liberdade, então certamente estamos constrangidos de maneiras inaceitáveis. É importante ressaltar que várias formas de regulação de gênero, hierarquia social e exclusão operam através de domínios de poder que não estão reduzidos à lei, mas isso também significa que as formas de resistência e exigência por liberdade que fazemos não podem

ser integralmente conceitualizadas sob a rubrica da lei. Essa é uma forma de insistir que as demandas de um movimento social radical devem exceder as reformas legais, mesmo que elas sejam, às vezes, úteis para esse movimento. Meu ponto de vista é que o anarquismo é uma importante forma de pensamento e ação precisamente quando temos que decidir sobre onde e como adentrar em regimes de poder, quais oportunidades existem para sua subversão. Para obter alguma amplitude, essa é a função da situação contingente e das possibilidades que ela abre, mas também significa que a *agency*/ ação não é sempre institucionalizada e institucionalizável. De fato, se a ação política é permanecer crítico, ela deve pesar os custos da institucionalização e resistir a qualquer institucionalização integral. Isso não significa que devemos evitar todas as práticas institucionais, mas que elas não devem tornar-se normas restritivas para uma mudança política radical.

JH: *Eu concordo sobre o valor de se fazer um trabalho subversivo no interior do conjunto das instituições e também estou muito atento aos desafios emocionais e políticos. Existem exemplos particulares de políticas anarquista, feminista e/ou queer que você particularmente aprecie, que permitem essas operações da liberdade ou mesmo de soberania popular?*

JB: Me impressionam os ‘Anarquistas contra o muro’ e outras ações contra o muro em Bi’lin que continuam a desviar os militares e angariaram grande apoio nas redes globais. As demonstrações contra o confisco de propriedades palestinas na Berlim do leste têm crescido e é animador vê-las. Eu também sou a favor de organizações que ajudam pessoas indocumentadas nos Estados Unidos e na Europa, especialmente quando essa assistência ocorre por baixo do radar da lei. De certo modo, essas ações estão por baixo da lei, fora da lei e mesmo contra a lei, mas são fundamentalmente movimentos para mudar a lei e para manter leis existentes ampliando os padrões de justiça. Vejo igualmente que o movimento estudantil, opondo-se à destruição da educação

pública, em muitos países, está invariavelmente confrontando-se com forças policiais e é crucial encontrar formas de resistir à violência policial e expor sua dimensão criminosa. Similarmente o ativismo *squatter*, que procura reivindicar propriedades e o próprio direito à habitação pela virtude de terem feito essa reivindicação e pavimentar esse caminho, esses são movimentos críticos. Contrabandear medicamentos para os territórios palestinos quando as fronteiras estão fechadas deve ser incluído entre os movimentos importantes desse tipo. Os grandes encontros contra a globalização, como o exemplo de Chiapas, ocorrido há alguns anos, devem estar incluídos na minha lista, assim como as atividades transgênero que tomam as ruas, com seus aliados queer, em muitos países do mundo, apesar de que é na rua que lhes falta proteção e são submetidos à violência policial. O mesmo ocorre com os trabalhadores do sexo desprotegidos (algumas vezes, como se sabe, esses dois grupos se sobrepõem). Eu espero que no estado do Arizona haja um descumprimento generalizado das novas leis racistas. Minha esperança

é que todos os membros da Universidade do Arizona, por exemplo, escolham ministrar cursos de Estudos Étnicos, agora que foram banidos legalmente. Se cada um se dispuser a ensiná-los, então as universidades não serão capazes de fazer cumprir essa lei hedionda e ela se tornará uma lei desprovida de poder.

JH: *Agora aqui temos um ponto que eu realmente gostaria de explorar: o que permite a liberdade da recusa? O modo como eu entendi não é só essa lei que está vulnerável ao descumprimento ou a recusa, mas todas as leis. Ou, em outras palavras, o cumprimento é uma parte necessária da refundação e reinstituição do poder do Estado (em contraste, talvez, a uma reiteração coletiva do compromisso com a lei produzida através da soberania popular, como as leis revolucionárias do Exército Zapatista de Libertação Nacional). A observância da lei, por sua vez, é produzida através de várias formas de terrorismo de Estado. Como você escreveu em *Bodies that Matter*: “There must be a body trembling before the law, a body whose fear can be compelled by the law, a law that produces the trembling*

*body prepared for its inscriptions”.*³ Existe algo na prática anarquista que acalme o corpo trêmulo para que eu ou você, ou qualquer um possa agir sem estar constringido pelo medo da lei e a ameaça da violência, ambas sempre entrelaçadas, particularmente contra aqueles corpos inscritos como susceptíveis de violação: corpos de mulheres, corpos queer, corpos escuros, corpos criminosos, corpos insanos, corpos indígenas, corpos pobres, corpos sem teto, corpos indocumentados, corpos de animais e todas as incontáveis maneiras em que essas inscrições se cruzam? Ou, ainda, o que permite que os movimentos ou transições para soberania popular, apesar do Estado, reivindicuem o poder?

3 “Deve haver um corpo trêmulo perante a lei, um corpo cujo medo possa ser obrigado pela lei, uma lei que produz o corpo trêmulo preparado para suas inscrições”

JB: Se os corpos temem é através do temor, por assim dizer, que agimos. O temor pode levar a submeter-se ou a agir, e qualquer um pode agir para acalmá-lo – primeiro, através da fantasia de que a observância da lei irá satisfazê-lo e nos deixar em paz; segundo, através da resistência que trabalha furtivamente sob a aparência do cumprimento da lei, ou desafiando abertamente e precisando suportar o que virá no futuro, que desencadeará consequências no futuro.

JH: *Desde nossa última correspondência, os militares israelenses atacaram a flotilha Gaza Freedom em águas internacionais, matando inúmeras pessoas, ferindo muitas e aprisionando outras. Fiquei impressionado com as palavras de Avital Leibovich, um porta-voz dos militares israelenses, citado pela Al Jazeera: “nós temos o direito de nos defendermos”. Como é que as pessoas são, às vezes, capazes de tornar-se tão desconectadas da sua empatia pelos outros que a entrega de comida e medicamentos seja vista como uma invasão de inimigos? E que efeito isso tem em outras relações íntimas com o nosso próprio corpo e o corpo do outro?*

JB: É claro, temos que acompanhar uma sequência específica de paranoia para entender como a ‘autodefesa’ poderia ser evocada pelos israelenses neste episódio. Se o navio carregado de alimentos e remédios furou o bloqueio, então o bloqueio foi quebrado e outras embarcações carregando armas e material para construir *bunkers* e artilharia passarão. E esses navios serão (em parte ou no todo), vindos do Irã, o que significa que o Irã penetrou em Gaza. Mesmo assim, a noção de autodefesa só funciona se aceitarmos como pressuposto que a fronteira marítima de Gaza deveria permanecer sob a soberania da autoridade israelense e não há qualquer fundamento legal para essa pretensão. As outras formas para justificar autodefesa parecem emergir imaginando um grupo de ‘mercenários’ embarcando no navio em um segundo local; porém, mais que tudo, a reivindicação de autodefesa é claramente refutada pelo fato corroborado, e agora está altamente documentado, de que os israelenses atiraram antes de embarcar no navio. Então, quem exatamente precisa se defender contra ataques?

Para o anarquismo, a luta é importante desde que tenhamos bons motivos para desobedecer a má lei. Ao mesmo tempo, quando vemos estados trapaceando e quebrando leis internacionais, nós temos que responder essa afronta. A questão não é ser contra todas as leis, nem viver sem nenhuma lei. A questão, no meu ponto de vista, é desenvolver uma relação crítica com a lei, que é, antes de tudo, um campo do poder que é diferentemente aplicado e apoiado. Nós temos que fazer parte da luta para fazer com que a lei seja justa, mas nenhuma lei existente será capaz de nos dizer o que é a justiça. Nesse sentido, temos que buscar recursos para normas extralegais e valores para decidir estratégias em relação à lei.

JH: *Você tem falado sobre o anarquismo inúmeras vezes em palestras públicas, mas esta é a primeira vez, eu creio, que você escreve sobre isso para uma audiência pública. Você poderia dizer algo sobre isso?*

JB: Na verdade, eu escrevi sobre isso em relação a “A Critique of Violence” de Benjamin, e lá sugeri que Benjamin coloca uma perspectiva “extralegal” para julgar regimes legais criminosos. Quando a lei se torna um instrumento da violência do Estado (e sua força coercitiva que, de alguma maneira, está sempre implicada com a violência), então há que se engajar em formas de desobediência para exigir outra ordem de lei. Desse jeito há que se tornar o que Althusser denomina “um mal sujeito” ou um anarquista provisório, a fim de desvincular a lei do processo de subjetivação. Isso acontece na greve geral quando se falha como trabalhador e como cidadão com a finalidade de expor um modo de exploração econômica injusto ou um regime estatal violento, ou ambos. Nós não temos acesso à lei natural neste momento, mas apenas a certa explosão de liberdade crítica, como também o exercício da capacidade crítica e um poderoso poder de negação. Nós podemos entender essa explosão como aquela parte da soberania popular que nunca é totalmente codificada pela lei e sobre a qual todas as leis dependem para persistirem e a qual sempre potencialmente implica na dissolução de um código legal ou regime particular.

JH: *Você mencionou nesta entrevista conexões entre anarquismo e a transgressão, ou a suspensão das normas de gênero. Eu vejo, também, conexões com anarquismo no seu ensaio sobre intervenções cirúrgicas realizadas nas pessoas intersexo, “Doing justice to Someone”.⁴ Você poderia falar um pouco mais sobre as conexões que vê entre o anarquismo e os transgêneros, intersexo e política de gênero queer?*

JB: Uma e outra vez, os novos esforços políticos para estabelecer o casamento como uma questão de igualdade civil ou inserir os gays no serviço militar como uma questão de tratamento desigual perante a lei, permaneceram dentro das estruturas da conjugalidade ou do militarismo e buscaram apenas atingir metas políticas no interior dessas estruturas. Mas o que acontece a um movimento quando ele cessa de questionar os valores do militarismo e, na verdade, da própria conjugalidade? Ele perde sua ca-

4 Butler, J. “Doing Justice to Someone: Sex Reassignment and Allegories of Transsexuality”. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, 7(2):621-6.

pacidade crítica e rompe alianças com todos aquelas pessoas gays, lésbicas, transexuais, queer, bi e intersexuais que estão lutando contra a ascensão do militarismo, contra o racismo estrutural e nacionalismo, contra a brutalidade da polícia em relação às minorias sexuais e de gênero e os que estão tentando encontrar formas de vida e de desejos que se sustentam fora das normas do casamento e livres da violência policial e psiquiátrica. Esse último parece ser o objetivo final de qualquer movimento de minorias de sexo e gênero – que verdadeiramente pensa analiticamente sobre as estruturas sociais existentes e insiste em produzir novas. Talvez o anarquismo esteja, nesse sentido, ligado ao poder produtivo.

JH: *Você tem algum outro comentário sobre os links entre anarquismo e sexualidade que ainda não expôs?*

JB: Apenas um: que cada esforço, psiquiátrico ou legal para regular a sexualidade causa prejuízo e violência, mas também falha desde que a sexualidade pode ser punida, mas enquanto uma pessoa sexuada viver, a sexualidade não pode ser extinta pela lei (preferiria tomar a lei como um objeto a sofrer a morte final).